

CORPOS INSUBMISSOS: A PRODUÇÃO DO SUJEITO ANORMAL E A RESISTÊNCIA DAS JUVENTUDES NAS INSTITUIÇÕES E PERIFERIAS*

Kellen Maria Sodré Machado**
Lílian Rodrigues da Cruz***



Resumo: o presente artigo busca tecer uma discussão acerca das condições de possibilidade para emergência das resistências cotidianas que se fazem necessárias às juventudes nas periferias e em situação de institucionalização. Tomando por base os estudos de Foucault, busca-se problematizar a atuação dos saberes e poderes que operam no assujeitamento desses corpos, sobretudo por meio do Estado e o modo como são percebidos os movimentos de resistência empreendidos pelos jovens nestes contextos. A partir de duas narrativas atentamos para a potência das ações singulares dos jovens, no sentido de forjar possibilidades frente aos mecanismos de exclusão e patologização das vidas que não se conformam às normas da sociedade e são, portanto, consideradas perigosas a ordem social. Sugere-se uma reflexão em relação as nossas práticas e o uso que fazemos dos saberes que as constituem.

Palavras-chave: Resistência. Juventudes. Potência. Periferias. Medidas Socioeducativas.

INSUBMISSIBLE BODIES: THE PRODUCTION OF THE ABNORMAL SUBJECT AND THE RESISTANCE OF YOUTHS IN INSTITUTIONS AND PERIPHERIES

Abstract: this article seeks to discuss the conditions of possibility for the emergence of daily resistance that is necessary for youths in the peripheries and in situations of institutionalization. Based on Foucault's studies, we seek to problematize the role knowledge and powers that operate in the subjection of these bodies, mostly across the State and the way the resistance movements undertaken by young people in these contexts are perceived. Based on two narratives, we focus on the power of the unique actions of young people, in the sense of forging possibilities in the face of the mechanisms of exclusion and

* Recebido em: 19.10.2020. Aprovado em: 31/03/2021.

** Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Psicóloga. Agente Social nas áreas de políticas públicas e direitos humanos. *E-mail:* kellen.sodremchd@gmail.com.

*** Pós-doutora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Docente do Programa de Psicologia Social e Institucional da UFRGS. *E-mail:* lilian.rodrigues.cruz@gmail.com.



pathologization of lives that do not conform to the norms of society and are, therefore, considered dangerous to the social order. A reflection is suggested in relation to our practices and the use we make of the knowledge that constitutes them.

Keywords: Resistance. Youth. Power. Peripheries. Socio-educational measures.

JUVENTUDES E RESISTÊNCIAS

Um dia o domesticaremos em humano, e poderemos desenhá-lo. Pois assim fizemos conosco e com Deus.

O próprio menino ajudará sua domesticação: ele é esforçado e coopera. Coopera sem saber que essa ajuda que lhe pedimos é para o seu auto sacrifício (LISPECTOR, 2009, p. 21).

“O jovem mostrou-se resistente às intervenções propostas”, diz a frase que se repete ao longo das páginas de um prontuário qualquer, mas que também é o registro de uma vida. Etiquetado e guardado nas gavetas do arquivo de um serviço socioassistencial, compõe uma fileira de outros tantos, organizados todos em ordem alfabética. Muitos deles compostos por textos que aludem à frustração das intervenções ou encaminhamentos, atribuindo às recusas da família, da mãe, do usuário resistente.

De acordo com o dicionário Aurélio de língua portuguesa¹, resistência consiste na “ação ou efeito de resistir, de não ceder nem sucumbir, aptidão para suportar dificuldades, qualidade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo, defesa contra um ataque, recusa de submissão à vontade de outrem; oposição, reação”. Diversas ciências se apropriaram desse termo, como a psicologia, a física, a engenharia, dentre outras, atribuindo-lhe diferentes significados que não cabem serem aqui detalhados. O que se pretende nesse momento é atentar para o modo como é tratado o fato de resistir quando se refere a determinados públicos, aqueles que acessam as instituições e serviços da rede socioassistencial ou que por alguma razão são compelidos a isso. Para estes, muitas vezes a resistência é tida como algo que justifica o insucesso das intervenções.

Quando falamos em resistência no âmbito das políticas públicas, logo nos remetemos aos movimentos históricos de ação política organizada, protagonizados por profissionais, sociedade civil e usuários, no sentido da garantia e manutenção de direitos. Temos como exemplo a luta pela democratização das políticas, que culminou na instituição da Constituição Federal, de 1988 e a partir disso, na implantação do SUS – Sistema Único de Saúde, no mesmo ano. Entretanto, quando nos referimos ao sujeito, denominado, muitas vezes, de “público-alvo” das políticas públicas, estamos geralmente falando de um movimento de recusa, uma não aceitação a algo proposto ou determinado sem, muitas vezes, questionarmos-nos a respeito do que isso nos diz ou sobre os tantos movimentos de resistência que esse sujeito precisa travar em seu cotidiano. Seria então a valorização da resistência um privilégio autorizado apenas a determinados segmentos da população? Quem pode resistir? Quais resistências são permitidas?

A partir destes questionamentos, buscamos problematizar as condições de possibilidade da emergência das resistências cotidianas das juventudes nas periferias e em situação de institucionalização. Pretendemos aqui, a exemplo da literatura menor², um deslocamento do olhar para vislumbrar as pequenas insurgências que forjam fissuras, permitindo escapar do assujeitamento operado pelos dispositivos normatizadores. Aquilo que transborda e abre caminhos para novos modos de subjetivar-se.

1 <https://www.dicio.com.br/resistencia/>

2 Deleuze e Guatarri (1997) apontam três caminhos para uma literatura menor: a desterritorialização, que podemos compreender como o deslocamento para diferentes perspectivas, desviar-se, escapar do território oficializado; nela tudo é político, cada caso individual é analisado politicamente e os agenciamentos, mesmo que individuais são compreendidos como parte de um todo, ou seja, possuem valor coletivo.



Recorremos a Foucault para pensar os tensionamentos decorrentes destes jogos de força. Com base em seus estudos, podemos dizer que o ato de resistir a uma intervenção proposta evidencia a existência de uma relação de poder entre os serviços e quem os acessa; pois, a possibilidade de resistência é requisito necessário para que se configure uma relação de poder: “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1999, p. 91). Assim, entendemos que as possibilidades de resistência emergem e se configuram nas relações com o poder, criando possibilidades de transformação. Para Foucault (1974), o poder é difuso e se encontra em toda a parte, e opera a partir da captura da vida por meio de dispositivos construídos pelas práticas sociais. Para o autor, a capacidade de resistir está relacionada à criação de possibilidades outras de existência a partir de estratégias de subversão das relações de força do campo do poder, que fazem engendrar novas possibilidades de vida. Portanto, nas relações de poder, acontecem ações sobre ações, sendo a insubmissão e as liberdades condições permanentes para sua existência.

A partir do pensamento foucaultiano, entende-se o poder, não como a representação do poder soberano ou da lei, mas distribuído como multiplicidade de correlações de forças. Assim, capaz de se transformar, reforçar, inverter e coexistir com as possibilidades de resistência emergentes. Diante disso, buscamos pensar esse fluxo a partir das experiências de trabalho com jovens em situação de vulnerabilidade, pobreza, moradores das periferias e/ou em atendimento socioeducativo. Condições em que as relações de poder se apresentam muito bem demarcadas e suas engrenagens funcionam de forma mais explícita.

Ao longo do trabalho nas políticas públicas para as juventudes, por vezes nos deparamos com as suas tentativas, mesmo que, muitas delas ínfimas e silenciosas, porém vitais, de resistirem ao assujeitamento normativo que opera, sobretudo no contexto de dispositivos de controle da vida e disciplinamento dos corpos. Nesse sentido, a partir de duas narrativas, fragmentos de intensidades de passagens de vida, objetivamos problematizar as condições de possibilidade que permitem escapar da sujeição imposta pelos poderes e saberes que atuam sobre os corpos. Patrick e Pietro³, duas vidas que assim como os homens infames, descritos por Foucault (2003), somente deixam seus rastros a partir do encontro com o poder.

PATRICK

Começo contando a história de Patrick, assim já pelo meio, pois “não teria como conhecer jamais o menino, para conhecê-lo tenho que esperar que ele se deteriore e só então ele estará ao meu alcance” (LISPECTOR, 2009, p. 21). Meu encontro com Patrick se deu em uma unidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FASE⁴.

... Foi num desses dias frios e úmidos do inverno de Porto Alegre que, após uma semana dormindo na rua, fugindo em função de conflitos com facções, o jovem Patrick teve a grande ideia. Planejou minuciosamente o assalto em uma farmácia do centro; local, horário, quem abordaria, o instrumento que iria utilizar: uma faca. Ora, um adolescente franzino portando uma faca... foi logo contido. Tudo saiu como o esperado, essa noite teria um teto e um colchão para dormir.

Assim, dentre as possibilidades que a vida lhe permitia, Patrick subverte o sistema e força o Estado a fornecer a proteção de que precisava. Agora o adolescente que vagava pelas ruas sem documentos, passava a ter ficha corrida e prontuário de atendimento na FASE, registrando assim, os traços de sua existência.

Contou sua história aos técnicos, falou do envolvimento com as facções, que o fez sair de casa aos quinze anos; contou sobre o pai, de quem já não lembrava, pois o abandonara ainda criança,

3 Os nomes utilizados são fictícios, para preservar as identidades dos jovens citados.

4 Os relatos apresentados referem-se à experiência de trabalho de primeira autora, como psicóloga, no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM, do Rio Grande do Sul.



quando separou-se de sua mãe e sobre sua trajetória no “mundo do crime”. Seu relato era desconexo, não estava acostumado a falar de si, nunca haviam perguntado sua história antes. Entre sua história de vida e os feitos que o levaram à ascensão dentro da facção, onde chegou ao “cargo de gerente”, contou tantas coisas que na primeira audiência sua medida de internação foi fixada em dois anos. Os técnicos desconfiavam até que havia relatado mais do que realmente tinha feito.

Após contato da equipe, o pai de Patrick passou a visitá-lo mensalmente, mas sem nenhuma perspectiva de lhe acolher ao final da medida, tinha receio de que a presença de Patrick em casa oferecesse algum risco à sua nova família. Sua mãe nunca ia às visitas, não aceitava passar pelos procedimentos de revista e dizia que não iria visitar filho preso. Patrick era um dos poucos adolescentes que não recebia visitas semanais e, assim, além de não ter a quem oferecer suas produções das oficinas de artesanato, também convivía com a angústia de não ter para onde voltar e, mais ainda, de não ter ninguém que lhe investisse alguma expectativa. Parecia que a única opção que lhe restava era estender sua estadia o máximo possível.... Mas por quanto tempo?

Foi num dia de visita que Patrick, no auge de sua solidão, tomou a decisão que lhe parecia ser a única alternativa. Acabaria com tudo, abriria mão da vida pela qual tanto lutou, estava cansado de lutar sozinho. Não havia muitas possibilidades para isso em seu *brete*⁵. Quando se está preso até as decisões sobre o seu próprio corpo são impossibilitadas. Em geral, isso não costumava ser um problema para ele, já que gostava da previsibilidade do dia-a-dia na instituição, pois, lhe trazia certa sensação de segurança: horário para acordar, para comer, para ir para o pátio, aula, oficinas, voltar para o *brete*, banho, dormir. Mas agora era diferente, talvez quisesse tomar o poder sobre a única coisa que lhe restava. Tentou do modo que conseguiu fazer, com um lençol amarrado à grade da porta. Em uma mistura de desespero e alguma ingenuidade quase infantil, nem conseguiu perceber que não atingiria seu intento. Acabou por alcançar outra coisa, quinze dias de internação em uma clínica psiquiátrica. Sua mãe foi avisada e o visitou a cada três dias enquanto esteve na clínica.

Um pequeno fio de esperança começava a se desenhar para Patrick a partir dessa relação. Era só uma faísca. Mesmo assim era tudo o que ele tinha. Além da presença da mãe, a forte medicação que lhe era administrada o mantinha entorpecido e o impedia de preocupar-se com o futuro. “O paciente não fica sabendo o que está tomando”, ele me disse uma vez. Patrick passou a apresentar com frequência “surtos”, onde batia com a cabeça na parede até se machucar e em seguida era encaminhado para nova internação. A equipe que o atendia avaliava que não havia mais uma ideação suicida de fato, mas de qualquer forma, a internação psiquiátrica é procedimento padrão nestas situações.

Assim, Patrick passou a adentrar com frequência o interior das paredes brancas e gélidas da clínica psiquiátrica. Aos poucos, o contato com os agentes socioeducativos ia sendo substituído pela convivência com profissionais de jaleco branco, os quais nem sempre sabia se eram enfermeiros, médicos ou psicólogos e com outros sujeitos, que como ele, por alguma razão, eram considerados aquilo que Foucault (1975) descreveu como anormais, os desviantes da norma, aqueles que não se enquadram dentro de um modelo de normalização disciplinar.

Passou o período de sua medida socioeducativa transitando entre a unidade da FASE e a clínica psiquiátrica, ao que parece, com algum controle sobre isso. Em seu prontuário, descrições tão formais quanto o ambiente da clínica, buscavam dar conta de justificar as internações: suicida em potencial, comportamento auto agressivo, histeria, transtorno opositor de conduta, etc. Nada que referisse sua necessidade de afeto ou expressasse o sentimento de uma mãe que preferia visitar o filho em uma clínica psiquiátrica, ou seja um estabelecimento de saúde, do que em uma instituição correcional. Mesmo sendo locais de segregação, ainda assim, ocupam diferentes status no imaginário social: uma refere-se

5 Termo utilizado pelos adolescentes para referir o local onde ficam alojados durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação.



ao indivíduo a ser tratado, aquele que está doente, já a outra, destina-se aos sujeitos a serem corrigidos, os corpos não dóceis, que devem ser disciplinados. Ambas, instituições de exclusão, regidas pelo poder disciplinar, destinadas a abrigar aqueles que representam ameaça a ordem social, que a desestabilizam através de suas ações fora da norma e são, portanto, os sujeitos perigosos. Contudo, para ela talvez fosse mais fácil pensar que seu filho seria curado ao invés de corrigido, já que a necessidade de correção, em geral, vem carregada de julgamentos em relação ao desempenho de sua função como mãe.

Dois estigmas agora se inscrevem sobre o corpo de Patrick, com a mesma intensidade com que os carimbos timbram os laudos e processos que classificam e determinam sua vida. O louco e/ou o criminoso. Seria Patrick uma existência fadada à exclusão? Ou seria o aprisionamento nas instituições apenas o ápice da exclusão que operou em sua existência desde sempre? Sua vida certamente extrapolava as singelas linhas que lhe haviam sido dedicadas nos prontuários, dando conta de produzir uma razão, uma inteligibilidade sobre suas ações, amparada em saberes jurídico e médicos, entre outros.

Embasadas naqueles que atuam como saberes normativos e delimitam modos de comportamento considerados aceitos e corretos, as concepções sobre o normal e o patológico⁶ carregam mecanismos de exclusão e patologização das vidas que não se conformam às normas da sociedade. Podemos dizer que Patrick é uma dessas vidas “desviantes”. Mas a quais normas sua vida não se enquadrou? Ao entrar para o tráfico, embora à margem da lei, Patrick passa a ocupar um outro lugar na engrenagem do capitalismo, o lugar de quem tem poder de consumo. Lugar este idealizado na sociedade capitalista para muitos jovens da sua idade, mas não para Patrick. Negro, pobre, periférico, cuja principal norma que afronta provavelmente seja o fato de permanecer existindo em um contexto onde jovens como ele são exterminados diariamente. Onde o direito à vida precisa ser conquistado e justificado e, muitas vezes, significa tornar-se um corpo dócil, útil, submisso, mão de obra dedicada e barata à serviço das classes dominantes. Processo esse que tem suas origens desde o colonialismo, com o período escravocrata, onde os corpos negros, escravizados “ou produziam riquezas para os seus senhores ou sucumbiam aos sofrimentos e torturas até a morte” (PESSANHA; NASCIMENTO, 2018).

Ao provocar sua apreensão, oferecendo-se ao sistema de justiça, ele faz-se visível ao Estado, cobrando deste o papel de proteção e expondo suas falhas, forjando uma possibilidade de continuar vivendo. Seu corpo-denúncia, dominado e trancafiado passa a ser alvo de toda a sorte de saberes e interpretações que possam explicar sua inadequação às normas sociais.

Resende e Silva (2016), ao estudarem o poder da normalização nos casos de internação psiquiátrica, verificaram a variedade de diagnósticos ao longo dos anos relacionados às questões de conduta, ou seja, a necessidade de se diagnosticar, racionalizar a conduta do sujeito que se considerasse desviante do esperado. Segundo os autores, esses diagnósticos dão conta de integrar o ato à conduta global do sujeito, como uma lente de aumento, que busca defini-lo a partir de uma ação específica. Assim, a psiquiatria passa a estabelecer aquilo que Foucault (1978) descreve como uma relação psicologicamente inteligível entre ato e autor. Trata-se da produção de verdades sobre o sujeito. Podemos estender essa compreensão também em relação aos jovens que praticam ato infracional e passam a compor a categoria “em conflito com a lei”. Mesmo durante ou após o cumprimento da medida socioeducativa

6 Canguilhem (2009) propõe a discussão entre normal e patológico apontando que na modernidade os conceitos de normalidade e patologia foram assimilados do ponto de vista quantitativo, relacionado à saúde e doença. Assim, o estado patológico seria uma variação quantitativa do estado normal. Para ele, no entanto, é necessária uma análise qualitativa, onde tais condições possam ser pensadas do ponto de vista dinâmico, considerando questões sociais e culturais. A patologia, portanto, seria uma experiência cultural, que envolve questões históricas e construídas socialmente. Assim, ele propõe a ideia de uma patologia subjetiva, ou seja, o estado patológico não pode ser visto como anormal de fato e sim em relação a uma determinada situação, sendo necessária sua análise de forma individual e subjetiva, sendo o conceito de norma não possível de reduzir-se, sobretudo às questões fisiológicas.



e, teoricamente, a cessação do “conflito”, ainda assim seguem a ser reconhecidos e descritos como jovens/adolescentes em conflito com a lei.

Esses adolescentes estão marcados e essas marcas persistem no tempo descrevendo-os como ‘suspeitos e ex-internos’. As dificuldades com relação à escola, a inserção no mercado de trabalho e a relação com o aparato policial do Estado, de cujas investidas tornam-se alvos privilegiados, são constantes nas suas trajetórias de vida (ASQUIDAMINI; BARBIANI; SUGIZAKI, 2015, p. 119).

Nas últimas décadas, diversos estudos têm associado a prática de ato infracional ou o comportamento delinquentes à transtornos mentais (ANDRADE *et al.*, 2011; MONTEIRO, ABELHA, 2015; CRUZ, 2016; MARQUES, 2018; LAURENTINO, ALVES, GUALBERTO, 2020; entre outros). Embora alguns desses mencionem a exposição a eventos estressores ao longo do desenvolvimento como possível causa para o desencadeamento de tais transtornos, o perigo desta perspectiva consiste na individualização da questão da violência, atribuindo suas causas às condições específicas do sujeito que a pratica, desprezando os fatores sociais implicados e, assim, isentando a responsabilidade do poder público e da sociedade como um todo sobre esse fenômeno.

À exemplo disso, temos a implantação da capacitação em Metodologia de Terapia Cognitivo-Comportamental para a Ressocialização de Jovens Infratores da Lei, direcionada aos servidores da FASE do Rio Grande do Sul, no ano de 2017. A partir de um curso ministrado pelo professor norte-americano Jack Bush, PHD em terapia cognitivo-comportamental, pretendeu-se a utilização de uma metodologia psicoterapêutica visando a modificação de pensamentos que, supostamente, produzem o comportamento criminoso: “temos que ensiná-los a mudar os seus pensamentos e a escolher evoluir em suas vidas longe do crime”⁷. Tal alternativa parece buscar a adequação dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de acordo com os comportamentos considerados dentro da norma, a partir da modificação de crenças e pensamentos. Não se pretende aqui questionar a eficácia do método ou mesmo a atuação da psicologia neste contexto, mas atentar para o movimento de centralização da responsabilidade no sujeito e a patologização da violência, uma vez que se infere que esta seja decorrente da disfuncionalidade dos pensamentos de quem a pratica. Deste modo, os saberes científicos acabam por atuar na sustentação de supostas verdades sobre estes sujeitos, desprezando os processos sociais que levam ao envolvimento com o crime e a prática de atos infracionais.

Nesse sentido, Asquidamini, *et al.* (2015), apontam que:

a transformação das situações de risco em possibilidades de adoecimento, responsabilização delegada ao indivíduo, servem aos interesses do mercado e da sociedade. Isso não responde às reais necessidades de saúde desses adolescentes e dos direitos ao seu acesso (p. 119).

Os autores questionam a forma de utilização da atenção à saúde e o conceito ampliado de saúde⁸ no contexto da aplicação de medidas socioeducativas, sugerindo a possibilidade de que estes se apresentem como “modelos de atenção normatizadores de condutas e do controle dos corpos” (p. 119). Essa ideia

7 <https://sjcdh.rs.gov.br/servidores-do-socioeducativo-sao-capacitados-em-terapia-que-busca-mudar-comportamento-de-infratores>

8 Em 1986, na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília (DF), foram propostas alterações nas instituições de saúde que correspondem ao conceito ampliado de saúde, contemplando a promoção, proteção e a recuperação. O relatório final afirma que “em seu sentido mais abrangente, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida” (BRASIL, 1986, p. 4).



corroborar com as reflexões de Foucault (1978), de que as práticas jurídicas, médico-legais, pedagógicas, psicológicas e psiquiátricas compõem um conjunto de técnicas com o intuito de governo sobre o outro. Temos, dessa forma, modos instituídos de governar as crianças, os loucos, os operários, os delinquentes, os pobres, os homossexuais, as mulheres, etc.

Ao elaborar o conceito de biopolítica⁹, Foucault (1989) explica que os mecanismos de controle da sociedade capitalista operam não somente pela consciência, mas começam no corpo, com o corpo, sendo este o objeto, enquanto força de trabalho e produção. Assim, “o corpo é uma realidade biopolítica e a medicina uma estratégia biopolítica” (p. 82). Contudo, embora todos os corpos que habitam a esfera social sejam afetados por esses mecanismos, a história nos mostra sobre quais corpos as forças de poder, controle e normalização da vida atuam de modo mais incisivo e violento. Os corpos considerados perigosos por ameaçarem de algum modo a ordem social, aqueles que não se conformam às condições de assujeitamento e submissão, impostos às classes menos favorecidas. Sobretudo as juventudes que habitam as periferias e, em decorrência de toda uma estrutura política e econômica e racial, ficam à margem das possibilidades de acesso a qualificação e trabalho formal.

Conforme analisado por Temple (2013), “foi com a medicina social que os processos biológicos que afetam o corpo, se tornaram objeto de investimento político”, tendo esta passado por três etapas de formação: a medicina do Estado, a medicina urbana e a medicina do pobre. Seu objetivo nas três formulações trata de potencializar as forças do indivíduo, enquanto ser vivo, trabalhador. Em relação à “medicina do pobre”, conforme analisada por Foucault (1989), foi impulsionada por acontecimentos que demonstraram a capacidade do pobre de tornar-se uma força política capaz de revoltas, pela maioria da população pobre perder seu trabalho nas cidades e a cólera, de 1832, que passou a representar um perigo sanitário a coabitação entre ricos e pobres, no mesmo espaço físico. Consistiu, assim, em um modo de controle das classes mais pobres, buscando torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas.

A utilização da medicina como prática de controle e de poder ainda opera em larga escala em espaços institucionais destinados a crianças, adolescentes e jovens, como nos acolhimentos institucionais e nas unidades socioeducativas de internação, espaços ocupados prioritariamente por sujeitos em condições de miséria, pobreza e vulnerabilidade. Nestes locais opera-se a contenção química, controlando através da administração de medicações psiquiátricas quaisquer reações que possam ameaçar o controle disciplinar, que nestes contextos passam a ser denominadas como surto. O diagnóstico tem o poder de produzir supostas verdades sobre o sujeito. O uso excessivo da medicação, bem como o diagnóstico, acaba muitas vezes por invalidar as denúncias dos sujeitos sobre os locais, permitindo assim, que outros modos de lei se estabeleçam. Como Patrick, que por inúmeras vezes relatou sobre agressões sofridas por parte dos agentes socioeducativos, chegando a expor alguns hematomas. Contudo, seu discurso com frequência era invalidado, seja pela equipe da instituição, com base em seu quadro psiquiátrico, seja pela própria confusão mental decorrente do excesso de medicações.

Já próximo ao seu desligamento da FASE, por atingir o tempo máximo de cumprimento da medida de internação, o Programa de Proteção para Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM foi acionado para avaliar a possibilidade de seu ingresso. Patrick, no entanto, não aceitou as condições de proteção oferecidas pelo programa. Recusar talvez fosse a única possibilidade de escolha que lhe restava. E diante da impossibilidade de continuar na FASE, da recusa em ingressar no programa de proteção e da indisponibilidade dos pais em acolhê-lo em suas casas, sua vida continuou ainda sem perspectivas de um caminho possível após a saída da FASE. Denunciando assim, mais uma vez,

9 Foucault passa a referir-se à Biopolítica em 1976, no curso intitulado “Em Defesa da Sociedade” e na publicação do primeiro volume de “História da Sexualidade”. Contudo, foi a partir de 1978 que ele desenvolveu o tema, através das publicações “Segurança, Território e População” e, posteriormente “Nascimento da Biopolítica”, em 1979, buscando assim compreender como o poder se desenvolve e passa a conduzir a vida.



as falhas do Estado e da sociedade, no que se refere ao seu papel na construção de possibilidades de vida diferentes daquelas que o levaram à internação e desafiando suas estratégias de disciplinamento.

Partindo da perspectiva foucaultiana, na qual o exercício do poder não ocorre de forma apartada aos processos de resistência, cabe-nos pensar de que modo pode-se evitar que ela seja capturada pelas estratégias de poder. É possível mantê-la como acontecimento, não assimilado por tais práticas, uma vez que estas também se atualizam e reinventam no jogo de forças? Poderíamos supor que preservar a própria saúde mental nestes locais já é em si um ato de resistência, de insubmissão? O processo de adoecimento do sujeito institucionalizado, aproxima-se do conceito de necropolítica, proposto por Mbembe (2016)¹⁰, segundo o qual, a partir de um processo de desumanização de determinados sujeitos, estes tornam-se passíveis de movimentos de aniquilação, tendo sua morte naturalizada ou mesmo incorporada às ações do Estado. Nesse sentido, observa-se que a leitura patologizante e a medicalização excessiva parte da não aposta na potência destes jovens, do desinvestimento em outros modos de socialização, que não pela via da rotulação a partir de um diagnóstico, que constrói e enfatiza limitações. Trata-se de uma atualização mais sutil da política de exclusão e morte, que constantemente entra em tensionamento com as brechas encontradas pelos corpos indóceis, que desestabilizam os agenciamentos de controle estabelecidos.

No coração de uma instituição de controle social, os espaços institucionais se deslocam o tempo todo e reconfiguram conforme se redefinem a trama das relações, os jogos de poder e o modo como se processam as acomodações e tensões inscritas na gestão da ordem desses lugares. As instituições não são petrificadas sob o império de suas normativas e regras internas. Mas esses espaços tampouco são fechados: as fronteiras entre o dentro e o fora são porosas e o que acontece no seu interior está também em *sintonia* com o que acontece nas periferias urbanas e na cidade (TELLES, 2014).

Nosso segundo protagonista também percorreu os caminhos da institucionalização. Pietro, assim como Patrick, nasceu e cresceu em uma região periférica da capital gaúcha e desde cedo assimilou a ideia de que um dia passaria pela FASE, muitos de seus amigos e conhecidos já haviam tido alguma experiência por lá. Sua trajetória também nos suscita muitas reflexões sobre as lutas que os jovens precisam travar nestes espaços para escapar das malhas do poder, que capturam as condutas desviantes ao mesmo tempo que às mantem a serviço do funcionamento e manutenção da máquina punitiva.

PIETRO

Foi sentado em uma laje, sobre o pequeno apartamento em que vivia, que ele quis contar-me sua história. Pietro era tido como um jovem perigoso desde que adentrou as portas da FASE, o porquê de tal designação, eu não sei exatamente. Mas desconfio que esteja relacionado à sua expressão, predominantemente fechada, poucas palavras, sempre sério. Afinal, como dito pelo anjo de Win Wenders, em uma de suas memoráveis falas no filme *Asas do Desejo*: “só se pode ser feroz na medida em que se fica sério”¹¹.

Embora não se identificasse com algum grupo ou facção específica, exercia grande capacidade de liderança entre os internos, tendo sido por vezes a figura de mediação entre eles e a equipe diante de conflitos. Alguns, de fato, fora ele mesmo quem provocou. Não é raro que nas instituições de internação

10 Mbembe toma como uma de suas inspirações para desenvolver o conceito de necropolítica, a biopolítica descrita por Foucault, sobre a qual refere que um desdobramento das sociedades contemporâneas é a materialização dessa política pela expressão da morte.

11 Filme *Asas do Desejo*, de Win Wenders (1987).



pequenos conflitos evoluam para motins, onde os jovens passam a chutar e bater incessantemente as portas de suas celas, é denominado de *pedalação*. É um modo de resistência coletiva, a forma que encontram para reclamar, reivindicar e denunciar, através de batidas que atuam como gritos enclausurados, transbordando ao corpo, fazendo emergir os gestos repetitivos de si contra o ferro e contra o concreto. Pietro conseguia conversar tanto com os internos, como com os profissionais. Bem articulado com as palavras, suas habilidades de negociação poderiam servir para acalmar ou exacerbar os ânimos.

No entanto, o que poderia ser reconhecido como uma potencialidade foi provavelmente também o que o levou a ser escolhido, dentre todos os demais. A proposta veio por parte de um agente, foi quase uma ordem! Pietro deveria executar outro agente. Sim, isso mesmo! A ordem era para matar o profissional do turno inverso. Receberia em troca uma arma e uma boa quantidade de drogas. Entendo que você esteja impactad (a) o com essa informação, mas acredite, muitas coisas obscuras podem acontecer nestes ambientes. Tal proposta o colocava em uma situação extremamente complicada. Se aceitasse, arcaria com as consequências do homicídio de um agente. Se recusasse, viveria sob a perseguição de quem fez a proposta. Ao assemelhar-se em muitos aspectos, podemos entender que a FASE, como analisado por Foucault em relação às prisões, é um lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais excessivas.

O que é fascinante nas prisões é que nelas o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais íntimos detalhes, e, ao mesmo tempo, é puro, é inteiramente “justificado”, visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem (FOUCAULT, 1989).

Ainda refletindo sobre as prisões, Foucault (1989) aponta para sua utilização estratégica à serviço de fabricar novos criminosos ou para intensificar seu envolvimento com a criminalidade. “A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. Os delinquentes servem para alguma coisa” (p. 75).

No contexto da vida de Pietro, vida e morte, matar e morrer não são extremos opostos. Pelo contrário, são parte de uma linha tênue, completamente permeável. Ele mesmo já havia passado por alguns tipos de morte antes, que não são a morte do corpo, mas as que diminuem a potência da vida. Morria um pouco toda vez que ficava sabendo que a vida de alguém que conhecia chegara ao final, pelas mãos da polícia ou do tráfico, vida que poderia ser a dele. Morriam suas aspirações e sonhos quando imaginava que sua vida não chegaria nem aos 20 anos. Morreu um pouco mais ao perder a inocência quando aprendeu a manejar uma arma, aos 13 anos. Aprendeu, também, a retribuir violência, com violência, e sentia-se justificado, pois, utilizava-se dos mesmos parâmetros que recaiam sobre ele.

Pietro, precisou de um dia e uma noite inteiros para pensar. Afinal, assim como as palavras e os poetas, as grandes ideias também gostam de surgir à noite, é nela que se fazem visíveis os pequenos lampejos de pensamentos que a iluminam¹². E assim foi, no dia seguinte já tinha uma resposta. Decidiu aceitar. Esperou pacientemente para que tudo pudesse transcorrer como o combinado. Fazer entrar uma arma em uma unidade socioeducativa não é simples. Foram dias angustiantes. Nos momentos de maior ansiedade, Pietro solicitava atendimento com a equipe técnica, mas não pronunciava uma só palavra sobre o que estava prestes a ocorrer.

O dia tão esperado havia chegado. Pietro tinha a arma em suas mãos. Esperou o momento certo, o momento combinado e, com o revólver em punho, pôs-se a gritar e chutar portas, estimulou os outros adolescentes a fazerem o mesmo e logo um barulho insuportável já havia tomado conta

12 Referência à obra de Didi-Huberman, *Sobrevivência dos Vagalumes* (2011).



da unidade. Tratou para que o maior número possível de profissionais se deslocasse até a unidade e ali, diante de todos e contra qualquer expectativa, pode finalmente denunciar a proposta recebida e assim, livrar-se da incumbência.

Depois disso, Pietro não sabia o que iria acontecer, pouco conseguia saber sobre como seria o seu futuro, mas ele sabia o que não era. “Eu não ia matar um trabalhador”, ele me disse. Não matar trabalhador faz parte do código de ética de algumas facções. Pietro não quebrou a ética que havia estabelecido para si. Sua insurgência não altera as relações de poder existentes e seus efeitos, mas estremece por um momento seus fluxos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Patrick e Pietro, diferentes passos para trilhar os caminhos da institucionalização, da exclusão e os descaminhos que a vida lhes impôs. Diferentes contornos para desenhar a passagem pelo labirinto das malhas do poder que enredam jovens que desde muito cedo são impelidos a resistir para sobreviver. Meninos “P” de (im) próprio, como escrito pela poeta Luz Ribeiro (2016), “o menino corre, corre, corre, faz seus corres ... Podia ser até flecha, adaga, lança, mas é lançado fora, vive sempre pelas margens”.

Patrick, a resistência apesar do sofrimento, nos interpelando a refletir acerca das limitações do sistema que deveria garantir proteção e direitos às juventudes, a ininteligibilidade de suas ações como brechas para escapar dos saberes construídos e poderes constituídos. Pietro, a desobediência devida¹³, expressando a resistência contra a “sujeição materializada nas relações tensas entre jovem, instituição e sociedade” (VICENTIN, 2011). São sujeitos insuportáveis para o poder, conforme colocado por López-Petit (2000), citado por Vincentin (2011), pois põem no centro de seu movimento o querer viver. Não a vida como projeto a ser construído para satisfazer as burocracias institucionais, mas a vida como potência.

Entretanto, como disse Horta (2018), “resistir tem um preço, e só quem resiste sabe o quanto é”. Para Pietro foi ingressar em um programa de proteção, lançar-se ao desconhecido, adaptar-se a rígidas regras de proteção, afastar-se da família, de amigos e de toda a vida que conhecia. Para Patrick, talvez tenha custado a própria vida, como ocorre com muitos jovens, que ao saírem da FASE, sem diferentes possibilidades, acabam por retornar aos lugares onde possuem conflitos ou dívidas com facções. Conforme colocado por Foucault (2008), morrer também é um ato de resistência, quando o poder é exercido sobre a vida.

Esses movimentos nos dizem do contexto em que se encontram inseridas as juventudes nas periferias urbanas, onde a vida passa a ser subjugada ao poder da morte. E os regimes de verdades que se constroem tratam de desumanizar esses sujeitos, produzindo a figura do inimigo, do sujeito perigoso, aquele cujo aniquilamento passa a ser não só aceito, mas entendido como necessário para a manutenção da vida considerada qualificada (GOMES; SILVA, 2017, p. 708). Nesse cenário, a precarização e desinvestimento na educação pública, falta de mobilidade dos jovens das periferias para acesso à educação, qualificação e trabalho atuam como formas sofisticadas de operacionalização da necropolítica, que os mantém na condição de exclusão e precariedade. Essa situação é ainda mais agravante quando interseccionalizada com a questão racial: “quanto mais retinto o menino, mais fácil de ser extinto” (RIBEIRO, 2016).

Para que os sofrimentos e enfrentamentos desses jovens acendam a uma potência política, é necessário que possamos aguçar o olhar sobre as suas lutas cotidianas, percebendo a potência de suas faíscas, dessas luzes que faíscam no caos¹⁴.

13 O conceito de desobediência devida foi explorado por Vincentin (2011), a partir da ideia de obediência devida, que sustentou, por meio de lei, a anistia Argentina para os integrantes das forças armadas que participaram de torturas e extermínios, em 1986, “por estarem cumprindo ordens”.

14 Referência a música Auto-Reverse, composta por Tom Saboia, Ve Domingos, Alexandre Menezes, Lauro José de Farias, Lula Queiroga, Marcelo Lobato e Marcelo Custodio, gravada pela banda “O Rappa” e lançada em 2013.



Para conhecer os vaga-lumes, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência: é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores. Ainda que por pouco tempo. Ainda que por pouca coisa a ser vista (DIDI-HUBERMAN, 2011).

Para desconstruir a ideia de individualização e patologização de suas ações, é necessário tomar seus movimentos como expressão contra uma ordem social estabelecida. É preciso repensar nosso lugar enquanto sujeitos sociais, profissionais e produtores de conhecimento, refletindo sobre o uso que fazemos dos saberes científicos que sustentam nossas práticas. Atentar para novos olhares acerca das juventudes nas periferias e suas resistências, tomando-as não só como possibilidades de sobrevivência, mas como movimentos de denúncia das impossibilidades produzidas pelas relações de poder, estruturadas socialmente e incorporadas pelo Estado, pode ser um modo de contribuir para desestabilizar os regimes de verdade que se inscrevem sobre esses corpos. É preciso, ainda, que nos coloquemos como sujeitos ativos nessas lutas, pois, “também o silêncio, a apatia, a displicência, a indiferença são funcionais ao sistema” (OLIVEIRA, 2017).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Renata Candido de *et al.* Prevalência de Transtornos Psiquiátricos em Jovens Infratores na Cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): estudo de gênero e relação com a gravidade do delito. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. v.16, n.4, p.2179-2188, 2011. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000400017>.
- ASQUIDAMINI, Fabiane; BARBIANI, Rosângela; SUGIZAKI, Eduardo. Adolescentes em Medida Socioeducativa: violência ou violação de direitos? revisão de literatura. *Revista Subjetividades*. v. 15, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4526/3653>. Acesso em: 12 maio 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *8ª Conferência Nacional de Saúde*. Brasília, 1986.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Tradução: Maria Tereza Barrocas. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2009.
- CRUZ, Dário Aquino. Influência do Transtorno de Personalidade Antissocial no Cometimento de Crimes. *Revista Científica do ISCTAC*, v. 3, n. 8, jan. 2017. ISSN 2519-7207. Disponível em: <http://www.isctac.ac.mz/revista/index.php/revistacientifica/article/view/72>. Acesso em: 28 maio 2020.
- DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Feliz. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos Vaga-lumes*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2011.
- FOUCAULT, Michel. [1976]. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza Albuquerque e J. A. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, Michel. [1977-1978]. *Segurança, Território e População*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. (Coleção Tópicos).
- FOUCAULT, Michel. [1978-1979]. *O Nascimento da Biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. (Coleção Tópicos).
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FOUCAULT, Michel. [1974-1975]. *Os Anormais*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A Vida dos Homens Infames*. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2003. p. 203-222.



- GOMES, Fernando B.; SILVA, Joseli M. Necropolíticas Espaciais e Juventude Masculina: a relação entre a violência homicida e a vitimização de jovens negros pobres do sexo masculino. *GEOUSP* (Online), São Paulo, v. 21, n. 3, p. 703-717, set./dez. 2017.
- HORTA, Fernando. O Que é Resistir? O Que é Resistência? Por Fernando Horta. *GGN O Jornal de Todos os Brasis*, 2018. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/noticia/o-que-e-resistir-o-que-e-resistencia/>. Acesso em: 10 maio 2020.
- LAURENTINO, Amanda L. A.; ALVES, Janaína S.; GUALBERTO, Klívia L. Uma Análise Jurídica Acerca dos Transtornos de Personalidade. *Brazilian Journal of Development*. ISSN: 2525-8761. Disponível em: <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/5851>. Acesso em: 10 maio 2020.
- LISPECTOR, Clarice. Menino a bico de pena. In: Monteiro, T. (org.). *Clarice na Cabeceira*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- MARQUES, Maira Mendes dos Santos. *Fatores associados a transtornos mentais graves no contexto prisional*. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Saúde Coletiva) – Universidade Católica de Santos, 2018.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, 2016.
- MONTEIRO, Edna M. S.; ABELHA, Lucia. Prevalência de Transtornos Mentais e Fatores de Risco em Adolescentes do Sexo Masculino Privados de Liberdade. *Adolesc. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 7-18, out./dez. 2015. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/publisher.gn1.com.br/adolescenciaesaude.com/pdf/v12n4a02.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.
- OLIVEIRA, Vera L. *O Brasil Visto de Baixo para Cima em Pensamentos de um Correria, de Ferréz*. Atas do 5º SIMELP - Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. Simpósio 55 - Construção e desconstrução de fronteiras geo-linguística, sócio-culturais e literárias, 2131-2140. Itália, 2017.
- PESSANHA, Eliseu A.; NASCIMENTO, Flor. Necropolítica: estratégia de extermínio do corpo negro. *Odeere*, v. 3, n. 6, ju./dez. 2018. ISSN: 2525-4715.
- RESENDE, Gabriel L.; SILVA, Rosane A. N. O Poder de Normalização e a Produção do Indivíduo Perigoso. *Fractal*, v. 28, n. 3, p. 324-332, set./dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1187>.
- RIBEIRO, Luz. *Menimelimitros*, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=09KDF-TVPAeE>. Acesso em: 04 maio 2020.
- TELLES, Vera. Prefácio. In: MALLART, Fábio. *Cadeias dominadas: a fundação casa, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- TEMPLE, Giovana C. *Acontecimento, poder e resistência em Michel Foucault*. Cruz das Almas: Ed. da UFRB, 2013.
- VICENTIN, Maria C. G. Corpos em Rebelião e o Sofrimento-Resistência: adolescentes em conflito com a lei. *Tempo Social*, v. 23, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v23n1/v23n1a05.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

